



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Contribuições Para O Desenvolvimento Da Consciência Social E Profissional Dos Discentes
De Administração Pública Participantes De Projetos Extensionistas.

Tayná de Medeiros Mendes

Orientador

Ana Luiza Szuchmacher Verissimo Lopes

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

MAIO DE 2021

Tayná de Medeiros Mendes

Contribuições Para O Desenvolvimento Da Consciência Social E Profissional Dos Discentes
De Administração Pública Participantes De Projetos Extensionistas.

Monografia apresentada à Escola de Administração da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO) para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Orientador

Ana Luiza Szuchmacher Verissimo Lopes

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

MAIO DE 2021

Contribuições Para O Desenvolvimento Da Consciência Social E Profissional Dos Discentes
De Administração Pública Participantes De Projetos Extensionistas.

Tayná de Medeiros Mendes

Monografia apresentada à Escola de Administração da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO) para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Aprovada em: ____ de _____ de 2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ana Luiza Szuchmacher Verissimo Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. José Carlos Buzanello
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. M.Sc. Julio Cesar Silva Macedo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

MAIO DE 2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Adriana e Maurício, e a tia Andréa, minha eterna gratidão por me acompanharem até aqui, sempre com muito amor, carinho, incentivo, atenção e credibilidade. Vocês fazem parte dessa conquista.

À minha orientadora, conselheira Ana Luiza S V Lopes, por todo seu conhecimento, amizade, incentivo e, principalmente, paciência. Novos horizontes abriram quando você chegou.

Aos professores que fizeram parte da banca José Buzanello e Júlio Macedo

A todos os professores, em especial Rossandro Ramos e Marina Farias, que de alguma forma me mostraram que eu estava no lugar certo e aos funcionários que de alguma forma contribuíram com o meu desenvolvimento e formação durante essa conquista.

À Enactus UNIRIO por me ensinar, me desenvolver e me presentear com amizades que serão levadas para vida, em especial Rafael Lima, Cinthia Caroline e Alice Pantoja que me impulsionaram, foram parceiros e serão levados além dessa conquista.

À todos os meus amigos em especial Maria Luiza, Luís Moreira, Beatriz Silva, Beatriz Mendes, Gustavo Corte, Tatiana Azevedo, Barbara Agostino, Renata Richter e Leoni Ferreira grupo que tornaram esse processo mais leve, engraçado e prazeroso.

Por fim, a Deus e a todas as forças que acredito, que de alguma colaboram com meu físico e mental para a construção e realização dessa jornada.

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.”

Immanuel Kant

RESUMO

O presente estudo cujo caráter refere-se à conclusão de curso (TCC), teve como objetivo analisar como as práticas extensionistas realizadas na UNIRIO contribuem para o desenvolvimento profissional e da consciência social de seus participantes, através de conceitos ligados não só as diretrizes aplicadas, mas também a pesquisas, dados e revisão bibliográfica. Utilizou-se métodos qualitativos e quantitativos através de um questionário eletrônico, fazendo um recorte aos discentes do curso de Administração Pública que participam ou já participaram da extensão e estão no seu ciclo final de formação. Os resultados obtidos mostram que a contribuição dos projetos de extensão é considerada uma etapa fundamental para a inserção do mercado de trabalho, mas também, provê um cenário que permite a compreensão das diferentes realidades econômicas, sociais e culturais existentes, fomentando principalmente o desenvolvimento de pensamento crítico.

Palavras-Chave: Administração Pública; Discentes; UNIRIO; Projeto de Extensão; Desenvolvimento Profissional; Desenvolvimento Consciência Social.

ABSTRACT

The present study whose character refers to the conclusion of the course (TCC) aims to analyze how the extension practices carried out at UNIRIO contribute to the development of social and professional awareness of its participants, through concepts linked not only to the guidelines applied but also to research, data and different opinions of authors. The analysis was carried out by combining qualitative and quantitative methods through the application of an electronic questionnaire cutting the students of the Public Administration course who participate or have already participated in the extension and are in their final training cycle. The results obtained show that his contribution is considered a fundamental step for the insertion of the labor market, but also, a scenario that allows the understanding of the different economic, social, and cultural realities that exist, promoting mainly the development of critical thinking.

Keywords: Public Administration; Students; UNIRIO; Professional; Social; Extension Project; Professional Development; Social Conscience Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Perfil acadêmico dos participantes	32
Gráfico 2 — Tempo de atuação em atividades de extensão	33
Gráfico 3 — Tipos de ações que os discentes participaram	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Diretrizes da Extensão	27
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Tipos de ações que os discentes participaram	34
Tabela 2 — Contribuição da extensão na formação.....	36
Tabela 3 — Desenvolvimento de competência e habilidades através da extensão	36
Tabela 4 — Contribuição no desenvolvimento de consciência social	39
Tabela 5 — Comentários Adicionais.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJP	Centro de Ciências Jurídicas e Política
DAAP	Diretório Acadêmico de Administração Pública
ENACTUS	Entrepreneurial Action Us
EU	Extensão Universitária
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IES	Instituição de Ensino Superior
PATAMAR	Empresa Jr do curso de Administração Pública
RENEX	Rede Nacional de Extensão
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contexto da Problemática	13
1.2	Objetivos da Pesquisa	14
1.2.1	Objetivo Principal	14
1.2.2	Objetivos Intermediários	14
1.3	Justificativa da Pesquisa	15
1.4	Delimitações da Pesquisa	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Administração Pública: Princípios e Conceitos.....	17
2.1.1	Concepções para qualificações do profissional de Administração Pública.....	19
2.2	Universidade e Ensino Popular	21
2.2.1	Relação de Educação e Trabalho	23
2.3	Qual é o papel da extensão na formação de um aluno universitário?	25
2.3.1	Conceito de Extensão Universitária (EU)	25
2.3.2	Diretrizes da Extensão	27
2.3.3	Extensão no Desenvolvimento dos Discentes	28
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
3.1	Abordagem Metodológica.....	30
3.1.1	Tipo de Pesquisa	30
3.2	Coleta de Dados	31
3.3	Tratamento e Análise dos Resultados.....	31
4	RESULTADOS	32
4.1	Análise do perfil dos participantes	32
4.2	Análise dos dados qualitativos.....	34
4.2.1	Inserção profissional no mercado de trabalho.....	34
4.2.2	Contribuição para a formação	35
4.2.3	Desenvolvimento de habilidades	36
4.2.4	Desenvolvimento de consciência social	37
4.3	Aspecto social de acordo com as diretrizes de extensão.....	38

4.4	Abordagens não previstas.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	BIBLIOGRAFIA	43

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto da Problemática

A Universidade tem um compromisso com a formação de profissionais mais críticos, sensíveis com a realidade social e com a visão humanista (ARROYO, ROCHA, 2010), complementando o ponto de vista, Mendonça e Silva (2002) afirmam que são poucos os que têm acesso direto e aberto aos conhecimentos gerados na universidade pública e que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade, principalmente sendo pública. Ressaltam ainda que uma das principais funções sociais da Universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e emancipadoras. Sousa (2000) afirma que a extensão é o instrumento necessário para que o produto Universidade – a pesquisa e o ensino – esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na sociedade e, ainda, que a Universidade deve estar presente na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros, do ponto de vista de apresentado pelo autor pode-se complementar que a produção de conhecimento e participação ativa perante a sociedade

Ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, pois, ao contrário, estarão violando esse preceito constitucional (SILVA, 1996) sendo assim a presente pesquisa foi elaborada com enfoque na extensão e suas diretrizes.

Neste TCC, a extensão é compreendida e analisada como uma ferramenta que permite ao discente vivenciar novas realidades sociais, culturais e econômicas através de uma dimensão insubstituível, sendo de forma intrínseca uma exigência para sua formação, conforme afirmam os autores Oliveira e Garcia (2009) extensão, hoje, articula um processo educativo, cultural e científico, ao lado do ensino e da pesquisa, gerado pelas possibilidades e pela força articuladora que está na natureza das ações nasci das relações sociais e comunitárias.

Partindo da premissa que a Extensão Universitária tem a capacidade de assumir diferentes modalidades, se faz necessário uma pesquisa que permita avaliar através de documentos, dados e depoimentos de que modo a extensão universitária pode contribuir para o desenvolvimento de consciência social e profissional do aluno. Reforçando que a universidade pública é uma fábrica de inovação que gera conhecimento, capacitação e contribuição em

diversos nichos sendo um importante agente de transformação social, no sentido de amenizar as desigualdades econômicas, sociais e políticas; fomentando a importância de suas atividades através de uma análise promovendo sua valorização, e engajamento, para que a sociedade e o meio acadêmico se mantenham ativos.

Diante do exposto, a pergunta de pesquisa pode ser enunciada do seguinte modo: “Como a extensão realizada na UNIRIO contribui para o desenvolvimento de consciência social e profissional dos alunos do curso de administração pública que participam ou já participaram de tais ações?”.

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Principal

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como as ações extensionistas aplicadas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) podem contribuir na formação e desenvolvimento da consciência social e profissional dos alunos do curso de Administração Pública participantes.

1.2.2 Objetivos Intermediários

Teve-se como objetivos intermediários:

- Levantar os principais conceitos relacionados ao tema, a fim de contribuir para melhor compreensão da pesquisa
- Expor a compreensão dos discentes de administração pública extensionistas em relação ao desenvolvimento profissional e/ou social;
- Através de dados quantitativos e qualitativos disponibilizados pelo formato de questionário eletrônico, fazer uma análise fundamentada aos pontos observados correlacionando a pergunta de pesquisa;

1.3 Justificativa da Pesquisa

No entendimento de Marscovitch (1994), a extensão é de suma importância no sentido de fazer da universidade um espaço presente nos projetos nacionais de desenvolvimento e instrumento como resposta às demandas sociais.

Concorda-se com o autor Severino (2007, p. 32) ao enfatizar que: é graças à extensão que o universitário ganha sua dimensão política, onde sua formação pressupõem também uma inserção no social, despertando-o para o entendimento do papel de todo o saber na instauração do social. E isso não se dá apenas pela mediação do conceito, em que pese a imprescindibilidade do saber teórico sobre a dinâmica do processo e das relações políticas. É que se espera do ensino superior não apenas o conhecimento técnico-científico, mas também uma nova consciência social por parte os profissionais formados pela Universidade.

Sendo assim, a universidade tem o compromisso de contribuir para a formação de profissionais mais críticos e sensíveis com a realidade social. Mendonça e Silva (2002) afirmam que poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade pública e que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como, para o redimensionamento da função social da própria universidade, principalmente se for pública. Ressaltam que uma das principais funções sociais da Universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e emancipadoras. Sousa (2000) enfatiza que a extensão é o instrumento necessário para que o produto Universidade – a pesquisa e o ensino – esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na sociedade e, ainda, que a Universidade deve estar presente na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros. O desenvolvimento de instrumentos para a avaliação e a implementação de indicadores de extensão tem sido um desafio para as universidades, principalmente ao abarcar essas múltiplas dimensões que integram o ensino e a pesquisa, e sua interação com a sociedade, a partir de suas matrizes conceituais: interação dialógica entre universidade e sociedade, interdisciplinaridade, indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa, impacto na formação do estudante e relação social de impacto. O que justifica a necessidade de verificar como essas instituições têm enfrentado esse desafio e como têm executado a avaliação de suas atividades.

A contribuição acadêmica, portanto, consiste no desenvolvimento de uma pesquisa cujos resultados podem ser utilizados para avaliar aspectos relacionados à percepção dos

discentes com relação ao seu desenvolvimento a partir do engajamento em atividades de extensão.

1.4 Delimitações da Pesquisa

Inicialmente o estudo irá abordar aspectos teóricos relevantes ao objetivo principal da pesquisa através dos princípios e conceitos da administração pública e competências consideradas indispensáveis na percepção de alguns autores em sequência, a temática de universidade e ensino popular e a relação de educação e trabalho e subsequente o papel da extensão atrelado a um breve histórico e suas diretrizes e sua contribuição no desenvolvimento social e profissional, que compõem os fundamentos para o estudo.

O tema a ser pesquisado é a extensão nas universidades públicas como contribuição no desenvolvimento social e profissional, sendo importante destacar que a pesquisa em questão não pretende fazer um comparativo entre instituições públicas e sim utilizar suas informações como uma forma complementar ao conteúdo.

Outra questão que não será analisada no estudo é o contexto mundial em virtude de concepções, cenários, valores, crenças diferentes, fazendo assim com que toda pesquisa seja voltada para o cenário nacional dando importância a instituição para qual a tese está sendo realizada. Em relação à delimitação teórica, o estudo se direciona através de autores, documentos, artigos, livros da temática através de citações e dados coletados que serão analisados.

Na próxima seção será apresentado o referencial teórico. Na terceira seção serão abordados os aspectos metodológicos. A seção seguinte apresenta os resultados encontrados. Por fim, na quinta e última seção, serão apresentadas algumas considerações acerca do estudo realizado, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se observar neste capítulo todo fundamento literário para construção da tese através de reflexões, conceitos já mencionados, dados e comentários de outros autores especialistas nos conceitos de: extensão, universidade pública e empregabilidade. A fim de tornar o trabalho com bons fundamentos que colaborem com a construção da análise e objetivo principal da pesquisa, buscando compreender suas contribuições para alunos e para a sociedade no cenário atual.

2.1 Administração Pública: Princípios e Conceitos

Administração pública é compreendida como um âmbito jurídico que pode ser descrito como o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o propósito de gerir e satisfazer as necessidades coletivas da sociedade. Na concepção de Bachtold (2008, p. 26) “Administração Pública é o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e moral, visando ao bem comum”.

Com as constantes mudanças do corpo social em relação aos paradigmas compreensão sobre o que é Administração Pública e sua ascensão tanto como campo de conhecimento, quanto uma mudança de referência estatal, houve uma recombinação do papel do Estado, sendo resultado de um catalisador de energias e potencialidades comunitárias e governamentais, envolvendo mobilização social, consolidação da cidadania e noção de direitos fundamentais, tornando robusto a cultura e a democracia. Conforme Pereira (1998), a reforma da administração pública brasileira veio através da crise do estado, sendo manifestada claramente em 1980, a chamada crise fiscal. A sociedade enfrentava dificuldades com a inaptidão do estado e seus modos de intervenção popular e da crise política, que viria a ser resolvida, pela população, com a transição em 1985 e a consolidação da Constituição em 1988.

Para Coutinho (2000), a administração pública é voltada para o cidadão e pode ser definida como um modelo gerencial, onde sua função é oferecer serviços públicos de maior qualidade, atendendo as demandas dos usuários. Andion (2012) mostra a administração pública através de diversas correntes teóricas, sendo vista como um campo de estudo interdisciplinar que captura tensões entre uma orientação racional instrumental e a orientação política, onde a instrumental é tendenciosa para o aumento da eficiência e eficácia, e a política direciona-se para questões de valores buscando promover o interesse público. Em contrapartida, Maximiano

(2000), considera que o ato de administrar é singular através da ética e atenção voltada para a insuficiência social, aplicando de forma correta os meios disponibilizados, alcançando os objetivos almejados. Nesta conjunção pode-se dizer que o principal objetivo da administração pública é a de entregar serviços públicos em prol do bem estar popular, que deve ser gerenciado com respeito aos anseios da sociedade e nação. Assim como afirma Hely Lopes Meirelles (1998):

Em sentido lato, administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheias. Se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se administração particular; se são da coletividade, realiza-se administração pública. Administração pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando ao bem comum. (MEIRELLES, 1998, p. 84).

Para que tais objetivos sejam cumpridos, princípios que norteiam tais ações são expostas no artigo 37 da Constituição Federal com intuito de orientar a atividade dos administradores públicos como também dos servidores, “A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988, p. 36).

De acordo com Lima (2007, p. 55-57), vejamos o significado de cada um desses princípios:

- Legalidade: os órgãos e as entidades públicas devem obediência estrita à lei.
- Moralidade: a gestão pública deve pautar-se num código moral de aceitação pública.
- Impessoalidade: não será admitido tratamentos diferenciados, sendo todos exigidos e atendidos de forma igualitária.
- Publicidade: todos os fatos e atos da Administração Pública são públicos.
- Eficiência: diferentemente da eficiência considerada no setor privado, a eficiência no setor público compreende ações e atividades que contribuam para o bem comum, não apenas para a qualidade aliada à redução de custo.

Na busca de uma gestão profissional e mais clara, estes princípios orientam as ações, visando um melhor atendimento de demandas, necessidades e anseios da sociedade. Logo, seja a administração direta ou indireta, se faz necessário buscar a orientação por meio dos princípios constitucionais mencionados.

2.1.1 Concepções para qualificações do profissional de Administração Pública

No histórico da administração pública brasileira, três modelos constituem sua formação: administração patrimonialista, a administração burocrática e administração gerencial (CHIAVENATO, 2009). No entanto, conforme pesquisa e estudos realizados, nenhum dos modelos atingiu a, e, na intenção de suprir as ineficiências da política, democracia e gestão, implantou-se um novo conceito de administração, nomeando-se então, administração pública contemporânea (GRANJEIRO, 2004).

O Serviço Público foi reestruturado e ainda sim carece de práticas administrativas para que se formule um modelo de gestão que atenda de forma igualitária e “humanizada” nota-se obstáculos que atrasam tal processo de mudança no dia a dia, conforme Brandão afirma a necessidade de inovação na administração pública se faz necessária sendo capaz de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental, tornando o ambiente competitivo e dinâmico.

O autor Keinert (1994), traz algumas das competências essenciais para o administrador público, tais como: administrar conflitos, adaptar às possíveis mudanças, caminhar ao lado da inovação, o saber negociar e, principalmente, a habilidade pública que confere ao funcionário público a responsabilidade social, somada às noções de ética, cidadania, democracia e compromisso com o serviço público.

Algumas das habilidades mencionadas como essenciais para compor a formação dos administradores públicos concretizam-se em:

(...) (i) habilidades humanas que lhe possibilite desenvolver sua capacidade de liderança, comunicação, negociação, administração de conflitos, adaptação a mudanças; (ii) habilidade profissional que lhe propicie uma visão estratégica incentivando a criatividade e a inovação, e a capacidade técnica que lhe permita usar as tecnologias administrativas mais adequadas ao setor público; (iii) habilidade pública que lhe imbuia de responsabilidade social, noções de ética, democracia e compromisso com o serviço público. (KEINERT, 1994, p. 47).

O autor Denhardt (1999) também apresenta algumas habilidades do administrador público, salientando que dentro da perspectiva da nova gestão pública devem existir os esforços em direção à democracia, reconhecendo os papéis necessários em relação ao público buscando a capacitação de seus funcionários e clientes para a ética e responsabilidade social. Além disso, os envolvidos no estudo e prática da educação para administração pública devem atender à integração da teoria, reflexão, prática e ação, promovendo a interação entre a universidade e a comunidade.

Fonseca salienta que é fundamental que todas as partes envolvidas se empenhem para a conjuntura de capacitar o administrador público, desde sua gestão, departamentos e vontade para tal transformação independente dos desafios vivenciados diariamente.

O administrador público tem que ser ético e transparente, sábio e habilidoso para resolver os problemas do cotidiano, e, assegurar igualdade social nas políticas públicas, dar assistência de qualidade ao cidadão, oferecer uma gestão mais recíproca (FONSECA et al., 2014, p. 42).

Neste contexto, tal transformação deve acontecer no momento da aprovação para um cargo público onde o candidato precisa compreender que o serviço ofertado deve ser levado muito a sério, e que, quando deparar com os desafios cotidianos, precisa ter desenvoltura, descobrir meios de solução, agindo de forma correta, pois, um ato precipitado pode acarretar sérios danos que refletirá sobre todos (SOUZA, 2002).

Assim, segundo Guedes (2007), o foco na qualificação dos Governos locais deve estar direcionado para que possam responder às demandas da sociedade, oferecendo serviços públicos melhores e mais efetivos, além de prepará-los institucionalmente para as mudanças de abordagem que incidem sobre o setor público, que demandam maior transparência administrativa, controle e participação social. Ou seja, muitos dos desafios a serem enfrentados no campo da organização e gestão das administrações públicas na busca de eficiência do gasto público passam por iniciativas inovadoras e contínuas de qualificação dos gestores municipais.

Ter consciência dos fenômenos que leva a acessibilidade dos limites entre o público e o privado de forma a redefinir as funções das instituições e organizações; falta de identidade de novos elementos; altos custos operacionais, baixa qualidade dos serviços prestados; falta de foco nos resultados de desempenho institucional com ênfase no relacionamento com o cliente/cidadão (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 56).

A capacitação e a profissionalização da gestão de pessoas, na administração pública, precisam ser atualizadas seguindo o ritmo atual, para atender aos anseios da sociedade, pois, este fator pode contribuir para uma melhor confiabilidade da administração pública, perante a sociedade num todo (BITTENCOURT; ZOUAIN, 2010). Neste sentido, entende-se que para uma melhor gestão pública, além de profissionalismo, governança transparente, solidez e todos aparatos legais, pouco adianta se esta administração não acompanhar as mudanças de paradigmas seguindo as inovações atuais. Os desafios à gestão pública brasileira podem ser assim descritos:

(...) em administração pública, todos os processos administrativos são políticos, inclusive, a execução. Isso requer um administrador público (na acepção de formação acadêmica) com conhecimentos e habilidades para operar na fronteira entre a política e a técnica- um “especialista tecno político” capaz de planejar, negociar e aproximar pessoas e interesses (muitas vezes contraditórios), além de executar e avaliar em organizações (e redes Inter organizacionais) de interesse público (COELHO, 2008, p. 12 e 13).

2.2 Universidade e Ensino Popular

O momento em que a educação popular foi inserida na universidade não é específico com uma data, entende-se que seu surgimento na América Latina foi na década de 50 com o intuito de defender um ensino público, popular e comunitário.

Um dos principais atores para tal transformação mundial sobre o tema foi o educador Paulo Freire através de seus trabalhos conjuntamente de classes desfavorecidas fundamentava-se em perspectivas teóricas abrangentes sobre o homem, sociedade e educação trazendo práticas e conceitos além da compreensão existente, estimulando a universidade como um espaço político-pedagógico, bem como social e cultural sendo um aspecto de resistência dos oprimidos e dispositivo de construção para um novo poder e cenário, o qual produz espaços de empoderamento entre as classes populares, por meio da união/organização (FREIRE, 1993), não sendo meramente para obtenção de um diploma universitário. Anísio Teixeira e Paulo Freire contemplam a educação como um dispositivo de aproximação social para construção de equidade e emancipação sociopolítica, consentindo a definição de universidade numa perspectiva popular. O conceito de Universidade Popular pondera um ensino superior como ator central na promoção da integração social, assim como, a edificação de propostas com desenvolvimento humano sustentável alternativos ao modelo neoliberal de desenvolvimento.

Alguns princípios trazidos por ele devem ser enfatizados: a) teorizar a prática para transformá-la; b) reconhecer a legitimidade do saber popular; c) a pesquisa participante; d) a harmonização e interconexão entre o formal e não-formal; e) combinar trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, a conscientização, o diálogo e a transformação. “Para o êxito da luta, a consciência ética e a consciência política dos lutadores têm importância decisiva”. (FREIRE, 1994a, p. 172)

A Educação Popular “se delineia como um esforço no sentido da mobilização e organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular” (TORRES, org., 1987, p. 74) [...]. Através de lutas e sua inserção como política pública, novas alternativas para as universidades proporcionam um ensino mais acessível. Por definição do autor, o

entendimento de popular trata-se de projetar uma universidade para o povo, assim, como define Freire, quando fala da adjetivação do popular diferenciando-a da elite (FREIRE, 2008). Através das ocorrências retratadas, a universidade pública mesmo com seus obstáculos é o que está mais semelhante da percepção de ensino popular por ser um recinto com destino a ciência, conhecimento, ensino e extensão a partir de suas experiências autônomas. Segundo Chauí (2003, p. 5), “[...] é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”.

Em uma concepção dialética da História, a universidade se faz por meio de mudanças sociais, agravada e assentada por conflitos, lutas e percursos sociais. Reflexionar sobre universidade popular e seus desafios vigentes, capta e incorpora as indagações sociais ao lócus da formação acadêmica. Isto é, ao se refletir sobre a Educação Popular, torna-se primordial partir de conjunturas dadas, não no contexto de contempladas, mas no sentido de construídas nas conexões humanas, vivenciadas, experienciadas. (FREIRE, 1986). Entendendo que suas concepções críticas não são limitantes, pelo contrário, operam como um instrumento de fortalecimento para instituição enquanto organização social, atrelada à comunicação com o espaço de educação formal e não formal. O autor Nogueira (2003, p. 132) afirma “A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar das classes mais desfavorecidas.”, Entende-se que para uma sociedade democrática e justa a contribuição ativa dos setores populares, o debate sobre a importância do ensino universitário público e o entendimento das classes oprimidas, tomando consciência de vida através da compreensão de realidade por meio da relevância que a educação tem para a sua construção. Ou seja, interpreta-se que o saber se sustenta do conhecimento entre classes populares e suas produções acadêmicas, sendo uma comunicação que favorece um ciclo para novos conceitos e entendimento do produzido; assim Freire relata a função da universidade como espaço privilegiado para experiências, ensinamentos e pesquisa:

A universidade, no fundo, tem de girar em torno de duas preocupações fundamentais, de que se derivam outras, e que têm que ver com o “ciclo do conhecimento”. Este, por sua vez, tem apenas dois momentos que se relacionam permanentemente: um é o momento em que conhecemos o conhecimento existente, produzido; o outro, o em que produzimos o novo conhecimento. Ainda que insista na impossibilidade de separarmos mecanicamente um momento do outro, ainda que enfatiza que são momentos de um mesmo ciclo, me parece importante salientar que o momento em que conhecemos o conhecimento existente é preponderantemente o da docência, o de ensinar e aprender e o outro, o da produção do novo conhecimento é preponderantemente o da pesquisa. (1999, p. 192).

Em síntese, a universidade pública ergue seu comprometimento com a educação popular, exercendo o processo construtivo entre a ciência e as classes mencionadas rumo ao ciclo de conhecimento assim como Freire qualifica: “ciclo do conhecimento”. Esse é um processo que demanda um trabalho de humanização para a ação cultural para a liberdade de homens e mulheres. Desse modo, a própria instituição fornece mecanismos de superação e emancipação dos sujeitos, sem descaracterizar as trajetórias de vida.”, Criando uma conexão entre a universidade e a comunidade erguida através da cultura desconstruindo a associação de hierarquia e detenção do saber para classes desfavorecidas, manifestando uma novo direcionamento para o conhecimento através de condutas concretas fundamentadas no diálogo e desenvolvimento da ciência, oportunizando possibilidades que permitem ao indivíduo um processo de reflexão e questionamentos internos a respeito dos problemas que são postos na sociedade moderna e que por meio da educação popular, provocam os sujeitos para um processo de mudança social

2.2.1 Relação de Educação e Trabalho

Saviani em seus estudos analisa que: “Trabalho e Educação são atividades exclusivamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (2007, p. 152). Deste modo, o autor sugere a necessidade de concepção do ser humano seja além de sua classificação no senso comum, onde seu o atributo essencial é fundamentado pela racionalidade que caracteriza a espécie humana.

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p. 154)

O período histórico humano inicialmente, não era composto por povos independentes, classes dívidas e estados, os homens viviam em pequenos grupos, clãs ou tribos. Este período é conhecido como a época da sociedade primitiva, educação e trabalho aconteciam de forma intrínseca “aprendendo a fazer, fazendo”, se apropriando de maneira coletiva dos meios de produção da existência e deste movimento, o processo de educação era ocasionado.

Com o surgimento do modelo capitalista, novos conceitos de apropriação privada de terra emergiram juntamente com a divisão do trabalho. Assim como Marx (2012) no séc. XIX mencionava: a classe dos proprietários e a dos não proprietários, impactando na história da humanidade, relações sociais e produção, nascendo assim, uma sociedade constituída por dominados e dominantes, fazendo assim a existência de uma classe que “vive” da força de trabalho vendida, “do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor.” (MARX, 2012, p. 155).

Na década de 1980, o entendimento de trabalho passou por uma evolução decorrente de alguns fatores tais como: avanço tecnológico, as formas transitórias e flexibilizadas de produção, o desemprego estrutural, entre outros. Antunes (2011) apresenta esse processo salientando pontos de extrema relevância:

Comecemos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 80. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado Kalmarnianismo), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. (ANTUNES, 2011, p. 23)

Através do trecho mencionado, entende-se que através dessa globalização, novos processos de trabalho são constituídos. Tal cenário vem se mantendo até os dias atuais, motivado pelo avanço da globalização e capitalismo, implicando nas esferas de cultura, economia, educação, trabalho inclusive a concepção sobre classe social mencionada anteriormente.

De acordo com Antunes (2011), os avanços atrelados a constância de necessidade do capitalismo, a educação, processo através da aplicação de métodos proporcionando o desenvolvimento, seja do ponto de vista físico, intelectual ou moral, ganha um "título" de valor econômico, sendo considerada como um bem de produção. Essa proximidade surgiu na década de sessenta, devido ao surgimento da teoria do capital humano, fazendo com que a educação tivesse grande relevância por potencializar a qualificação da mão-de-obra incentivando o desenvolvimento econômico. No entanto, é adequado dizer que a educação profissional faz parte de uma aplicação de métodos para o desenvolvimento profissional de um indivíduo. A

educação, enquanto processo social, instrumentalizado por políticas públicas, precisa estar comprometida com o desenvolvimento do ser humano, com a formação de pessoas capazes de compreender os diversos aspectos da vida e da sociedade, que se tornem cidadãos dotados de senso crítico e alto poder de influir, através do conhecimento, de forma positiva no curso da sociedade.

2.3 Qual é o papel da extensão na formação de um aluno universitário?

Nesta seção serão abordadas as concepções de definição da extensão e suas contribuições para o desenvolvimento profissional e social na perspectiva de outros autores.

2.3.1 Conceito de Extensão Universitária (EU)

O ensino, pesquisa e extensão formam um tripé obrigatório nas universidades e são indissociáveis através do artigo 207 da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998). A tríade além de contribuir para a produção universitária, contempla o papel solidário, social e cultural para com a sociedade (MOITA e ANDRADE, 2005).

A extensão universitária é estabelecida no Plano Nacional de Extensão como:

(...) O processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, estabelece a troca de saberes entre a sociedade e a universidade e tem como consequência a produção de conhecimento, propicia a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunicação na atuação da universidade. (...)

A Extensão Universitária faz parte do processo educativo, cultural e científico que alinha o Ensino e a Pesquisa viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade O termo extensão é compreendido por Freire da seguinte maneira:

(...) o termo extensão, na acepção que nos interessa aqui [...] indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação —: estender algo a. Nesta acepção, quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) a ou até alguém — (objeto indireto da ação verbal) — aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação verbal (1971, p. 20)

As ações de extensão já existiam muito antes do ano de 1911, quando se instituiu a primeira Lei Orgânica do Ensino Superior (BRASIL, 1911), dando autonomia curricular e pedagógica às universidades. Essas ações eram realizadas, principalmente pelos movimentos

estudantis. [...] Tratam-se de participações pontuais e sem preocupação de provocar qualquer organização do segmento, mesmo porque seria difícil falar em organizar um segmento que na verdade ainda não existia de fato no Brasil (SOUZA, 2010, p. 26). Conforme Souza (2016), trata-se de um movimento estudantil não organizado e com “ações esporádicas”, demonstrando a importância da discussão sobre extensão universitária no Brasil. De tais contexto e experiências foram criadas as Universidades Populares, com o intuito de dar resposta às demandas da população pobre e operária. A primeira experiência da Universidade Popular foi a Universidade Livre de São Paulo, sendo considerada a primeira experiência de extensão no Brasil. (GURGEL, 1986; BEMVENUTI, 2006)

Segundo Reis (1989, p. 42), o Art. 34 “[...] a extensão se fará através de cursos de extensão destinados a divulgar, em benefício coletivo, as atividades técnicas e científicas dos institutos universitários.” Os movimentos estudantis tiveram uma grande importância na discussão sobre a extensão universitária no Brasil, através na insistência de propor novas formas de se conceber a universidade e reinventar a sua relação com a sociedade. A ação extensionista envolve uma relação de três atores principais:

Professor – mais conhecido como “estimulador” dando sentido à reflexão de aprendizagem do aluno, tendo um papel fundamental na orientação ao aluno para que ele caminhe por si só, na construção da autonomia no fazer e reflexão intelectual. Para Paulo Freire (1987) “O papel do educador não é propriamente falar ao educando, sobre sua visão de mundo ou lhe impor esta visão, mas dialogar com ele sobre a sua visão e a dele.”

Aluno – responde aos estímulos para a aprendizagem de sua ação, de suas experiências e de sua vivência com a realidade social, concretizando suas experiências com o mundo real. sendo uma ferramenta fundamental para entender a contribuição da universidade e suas condições não só tem sentido cultural, mas também reaprender que conceitos físicos, psíquicos, políticos, econômicos e etc.

A comunidade – A “estrela “, ou seja, o próprio sentido da transformação através da ação. Através dela suas necessidades e demandas na troca de interação com o aluno e o educador, gerando a fomentação de transformar a partir da importância das relações entre os seres humanos buscando projetos, ações, pesquisas que sejam comprometidas e capazes de responder às suas demandas do real cenário.

2.3.2 Diretrizes da Extensão

Na década de 1980, a prática extensionista passou a ser repensada. O caráter assistencialista foi questionado em favor da concepção de extensão como um processo de troca de saberes, que integra o ensino e pesquisa que apoia os movimentos sociais (NOGUEIRA, 2005)

Conforme essas novas definições, a extensão tem o papel não somente de democratizar o conhecimento, mas também de buscar uma participação da comunidade na troca e produção de saberes, inserindo a pesquisa acadêmica na realidade brasileira e permitindo que os cidadãos se tornem sujeitos na construção do conhecimento, e não apenas objetos de estudo ou de transmissão de conhecimento.

Assim, a extensão deve ser uma prática que interliga ensino e pesquisa com as demandas sociais, possibilitando a formação de profissionais cidadãos e fornecendo as bases da produção de conhecimentos para a superação de desigualdades sociais. (NOGUEIRA, 2005).

A atual Política Nacional de Extensão Universitária (2012) apresenta cinco diretrizes orientadoras para a criação e implementação de ações na extensão universitária. São elas:

Diretrizes fazem alusão à normas ou caminhos para que se alcancem objetivos propostos. De forma semelhante, as diretrizes do FORPROEX são norteadoras para as práticas universitárias extensionistas. Segundo o fórum e de acordo com Nogueira (2000) elas são: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação

Social. Portanto, baseado no Forproex (2012), A seguir, apresenta-se uma dimensão através de um quadro de diretrizes para análise:

Quadro 1 — Diretrizes da Extensão

O que	Por que	Como
Interação Dialógica	Construção de conhecimento juntamente da sociedade, priorizando os espaços de comunicação e troca de saberes acadêmicos e populares com a finalidade de enfrentar as questões sociais que assolam o Estado.	Formulando espaços para o debate com organizações sociais, entidades de classe e a comunidade quanto as soluções para os problemas que impactam a sociedade.

O que	Por que	Como
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	A fim de integrar os conhecimentos das diversas áreas do saber acadêmico e da prática profissional com o propósito de enriquecer as vivências e os resultados das ações de extensão.	Estimulando a participação de docentes e discentes de diversos cursos nos projetos e oportunizando o contato com profissionais do mercado e do terceiro setor.
Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão	Representa o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no intuito de assimilar uma maior conjunção entre teoria e prática, oportunizando aos discentes o contato com a realidade local.	Por meio de metodologias participativas para melhorar a apreensão de saberes e a aproximação com a sociedade, além de incorporar à pós-graduação ações de extensão, fortificando a produção acadêmica.
Impacto na Formação do Estudante	As atividades de Extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam	Através da participação dos discentes nas Ações de Extensão Universitária por meio de iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular.
Impacto e Transformação Social	Estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade	Pela ação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas

Fonte: Elaborado pela autora com aportes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Tais diretrizes, orientam a criação e implementação de ações na extensão por meio de interação dialógica, da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade, da interação entre ensino, pesquisa e extensão. Também expressam os princípios e valores sociais da prática universitária quanto ao bem comum, a sociabilização do conhecimento, a diversidade cultural e participação comunitária.

Pode-se compreender que seu principal objetivo é garantir que as IES formem pessoas com o perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo, para atuar em todos os níveis fundamentados no rigor técnico e científico.

2.3.3 Extensão no Desenvolvimento dos Discentes

O autor Gondim (2002), sinaliza que os alunos não têm uma clara definição do perfil profissional exigido no mercado de trabalho para suas áreas, o que prejudica a elaboração de planos futuros mais definidos e consistentes. Os alunos parecem apenas ter uma ideia geral de

características valorizadas pelos empregadores (RUEDA et al., 2004), mas não parecem saber integrá-las em um perfil de trabalho referente às suas especialidades. O desconhecimento da realidade mercadológica faz com que os estudantes tenham concepções idealizadas ou distorcidas da verdadeira profissão. Fazendo cada vez mais a exigência de pessoas com capacidade crítica, iniciativa, e decisória o que nos proporciona a compreensão que tal ambiente tem interesse na desenvoltura de uma política educacional pautada na qualidade e na formação de seres humanos preparados para os desafios.

Nota-se que a extensão tem um papel fundamental no processo educativo e formativo e principalmente social em virtude de promover a inserção do estudante e da própria universidade na sociedade. Em contrapartida à EU deve ser compreendida como uma troca de saberes ou uma “via de mão dupla”, onde seus valores, concepções e cultura são respeitadas através de uma perspectiva construtiva, democrática, libertadora e emancipatória.

Se à Universidade cabe preparar os cidadãos do futuro numa perspectiva crítica, capazes de questionar o mundo e de enfrentar os desafios colocados por ele, é também ela o espaço democrático e permanente da aprendizagem. Os projetos de extensão, vistos como uma das formas de aprendizagem, devem contribuir para a implementação dos quatro pilares da educação contemporânea, ou seja, aprender a ser, a fazer, a viver juntos, e a conhecer (Morim, 2000).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia que direcionou a pesquisa, através da coleta de dados e técnicas que contribuíram para a análise e elaboração dos resultados.

3.1 Abordagem Metodológica

A presente pesquisa é básica, descritiva, através da abordagem qualitativa, onde suas principais características são a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (Kaplan & Duchon, 1988). O processo metodológico terá como instrumentos de coleta de dados: a análise documental fundamentada nas diretrizes do Plano Nacional de Extensão, a pesquisa bibliográfica, e questionário com alunos da instituição fazendo um recorte ao curso de Administração Pública para entender o caráter do cenário a ser analisado. Tais instrumentos de coleta foram escolhidos para uma análise sucinta através de gráficos, tabelas e interpretações que agreguem a proposta da pesquisa e compreensão da prática extensionista.

3.1.1 Tipo de Pesquisa

Constitui-se numa pesquisa descritiva e exploratória, pois permite descrever a situação, no caso a extensão e sua dimensão institucional e comunitária, bem como propor sugestões no intuito de qualificá-la ainda mais, de abordagem qualitativa (MINAYO, 2004).

Segundo Vergara (2005), existem vários tipos de pesquisa, com diferentes taxonomias. No entanto, a autora propõe dois critérios básicos. São eles: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Segundo a autora, a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses. Já a pesquisa descritiva expõe características de determinadas populações ou de determinados fenômenos. Embora não tenha o compromisso de explicar o que descreve, levanta informações sobre situações específicas e relacionadas de forma a proporcionar a visualização de uma totalidade (GIL, 1991). Dada às características da pesquisa objeto desta

dissertação, parece ser adequado classificá-la como exploratória e ao mesmo tempo descritiva. Quanto aos meios, Vergara (2005) classifica como pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, ex post facto participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Estes tipos de pesquisa, segundo a autora, não são mutuamente excludentes. Quanto aos meios, a presente pesquisa utiliza o caráter de pesquisa de campo, documental e bibliográfica.

3.2 Coleta de Dados

A presente pesquisa utiliza a coleta de dados para localizar ideais a fim de fazer uma exposição, os autores Marconi e Lakatos (2003, p. 201), afirmam que o questionário é “um dos instrumentos de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”

3.3 Tratamento e Análise dos Resultados

A amostra da pesquisa foi coletada de forma on-line, através de um questionário criado a partir do recurso digital (Google Forms) divulgado via redes sociais. O questionário foi construído em duas etapas: a primeira de dados para caracterização dos participantes (período acadêmico, tempo de participação e nome do projeto extensionista); e na segunda questões abertas referente às percepções dos discentes em relação às perguntas apresentadas atreladas a proposta do presente tema. Foram obtidas sessenta respostas, fazendo sua extração para o tratamento do estudo trinta e oito delas foram mantidas por atender os critérios estabelecidos. Em seguida os dados foram separados em qualitativos que de acordo com Liebscher (1998, p. 668) são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa, trazendo concepções mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes para observação da pesquisa, em seguida se aplicou o método quantitativo proporcionando a execução de gráficos e tabelas correspondem às informações coletadas.

4 RESULTADOS

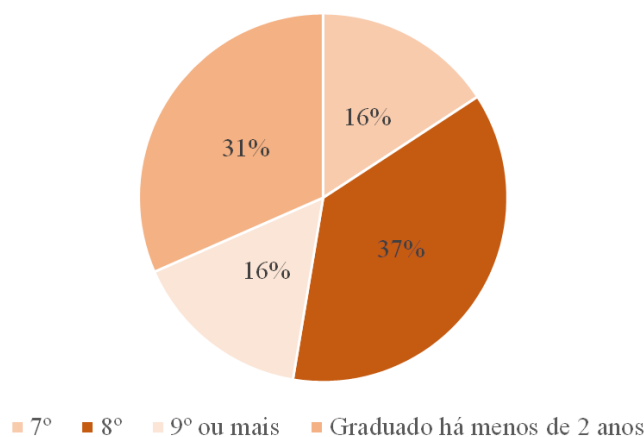
Neste capítulo, serão apresentados os dados coletados na presente pesquisa, através de gráficos, análise expositiva dos resultados quantitativos e qualitativos.

4.1 Análise do perfil dos participantes

A análise apresentada a seguir foi extraída das respostas obtidas por meio do questionário eletrônico (Google Forms) aplicado aos discentes de administração pública da UNIRIO. Das sessenta respostas coletadas, trinta e oito delas serão aproveitadas para a presente pesquisa. A seleção de respostas válidas para este estudo foram utilizados três critérios: (i) os discentes serem do curso de administração pública; (ii) já participaram ou participam de algum projeto de extensão na UNIRIO e (iii) estarem no sétimo, oitavo, nono ou mais ou ter sido graduado há menos de 2 anos.

Com relação ao período acadêmico de formação dos respondentes, pode-se observar no Gráfico 1 que alunos com a porcentagem de participação são alunos graduados há menos de dois anos (37%), seguidos de alunos no oitavo período (31%), e por fim os alunos de sétimo período e nono período ou mais ambos com (16%) (que de acordo com a grade acadêmica da universidade é o período de encerramento de ciclo na formação do curso).

Gráfico 1 — Perfil acadêmico dos participantes

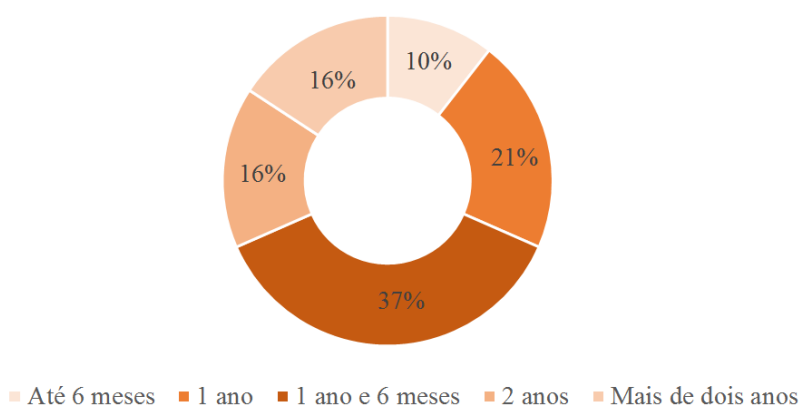


Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao tempo de permanência dos participantes nas ações extensionistas, observa-se que (37%) participaram um ano e seis meses, (21%) um ano, (16%) mais de dois

anos, (16%) dois anos e com (10%) até seis meses. Conforme ilustrado no Gráfico 2. O Gráfico 2 apresenta seu tempo de atuação nas atividades extensionistas destacando que a maior representatividade é de um ano e seis meses.

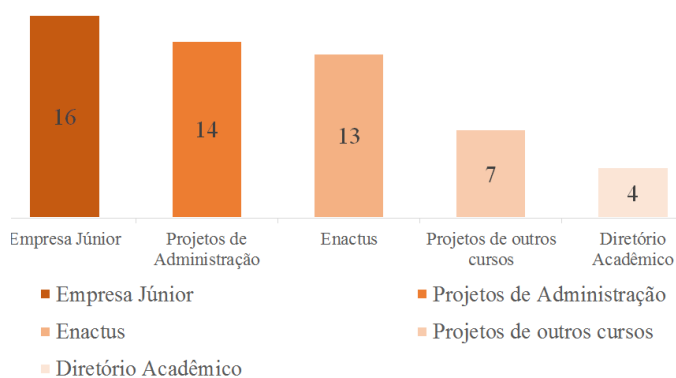
Gráfico 2 — Tempo de atuação em atividades de extensão



Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se no Gráfico 3 que 16 alunos participam da empresa júnior do curso (Patamar Consultoria); seguido de 14 em projetos de administração (produção de artigos, monitorias e outras ações); 13 na Enactus, entidade voltada para todos os cursos mas fundada dentro do curso de administração pública; 7 em projetos de outros cursos e, por fim; 4 no diretório acadêmico do curso. Observa-se também que a inserção em projetos relacionados a outros cursos é maior do que a participação no Diretório Acadêmico, entidade que tem como principal finalidade representar os estudantes através da defesa de seus interesses e direitos, o que aponta a oportunidade de avanço no departamento.

Gráfico 3 — Tipos de ações que os discentes participaram



Fonte: Elaborado pela autora

4.2 Análise dos dados qualitativos

Nesta seção, os dados coletados serão analisados, discutidos e tratados através das concepções qualitativas atreladas aos autores, métodos e tema do estudo.

4.2.1 Inserção profissional no mercado de trabalho

Analisando os dados apresentados na pergunta número 1. “Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) para a sua inserção profissional no mercado de trabalho?”, dez categorias foram obtidas. Todas foram evidenciadas com seus depoimentos mais ilustrativos. Através dos cenários obtidos percebe-se que diferentes concepções sobre a colaboração das ações extensionistas na inserção do mercado são mencionadas, independentemente do cunho do projeto. Outro ponto observado nos resultados é a variedade de experiências e competências desenvolvidas através da extensão, tais como: contato com diversas áreas do curso de administração e desenvolvimento de consciência social.

Tabela 1 — Tipos de ações que os discentes participaram

1.Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) para a sua inserção profissional no mercado de trabalho?	
Categoria	Evidência
Contato com diversas áreas do campo de atuação da administração	Experiência prática de mercado e contato com diversas áreas do campo de atuação da administração.
Desenvolvimento a partir de experiências próximas a realidade do mercado de trabalho.	A vivência na Patamar nos ensina a lidar com situações que encontramos no mercado de trabalho, desde relacionamento até pressão, ou seja, quando chegamos no mercado, já sabemos lidar com diversas situações que não saberíamos se não tivéssemos a experiência da EJ.
Desenvolvimento de consciência social	No meu primeiro estágio o projeto de extensão já foi um grande diferencial, demonstrando a minha proatividade e o meu interesse em causas sociais.
Desenvolvimento Pessoal	Me tornei uma pessoa mais aberta e foi o lugar que consegui colocar em prática ideias que tive ao longo da graduação, que contribuiu pro meu crescimento e desenvolvimento até conseguir meu objetivo que era uma vaga de estágio
Desenvolvimento Profissional- Capacitação Técnica	O meu envolvimento com projeto de extensão gerou uma boa bagagem de conhecimento técnico e muita aplicação. Participar de projetos de extensão é uma questão muito valorizada no mercado de trabalho, e no meu caso não foi diferente.
Desenvolvimento Profissional-Soft Skills	Nos projetos de extensão, eu aprendi a trabalhar em equipe, debater ideias e lidar com ideias diferentes, aprendi a conduzir reuniões, gerenciar equipes, lidar com os imprevistos, gente aprende a ouvir mais o outro, trabalhar sob pressão, lidar com os prazos, desenvolver um lado crítico

1.Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) para a sua inserção profissional no mercado de trabalho?	
Categoria	Evidência
Diferencial para o mercado de trabalho	Foi muito importante também na etapa de processos seletivos na qual já tinha uma experiência mesmo sendo universitária percebia que fazia diferença no processo
Enriquecimento do Currículo	Quando consegui meu primeiro estágio (local onde trabalho hoje) uma das principais atividades da área era a realização de projetos para o público jovem e foi um diferencial muito grande no meu currículo o fato de ter experiência com projetos
Enriquecimento Teórico	Mesmo na área teórica, ter um entendimento sobre conteúdos que você pretende trabalhar, ajuda na hora de realizar tarefas no estágio também
Networking	Desenvolvi muito a minha oratória, aprendi novas metodologias, conheci pessoas que me ajudaram no meu desenvolvimento e inserção.

Fonte: Elaborado pela autora

Os relatos associados às categorias de: ‘Desenvolvimento Pessoal’ e ‘Enriquecimento Teórico’ são mencionados como fonte contribuinte para a inserção ao mercado de trabalho, fatores que fomentam ainda mais os benefícios que a extensão agrega em termos de formação geral, de experiência, e de crescimento pessoal.

4.2.2 Contribuição para a formação

Na segunda parte do questionário, foi perguntado “Sua experiência nos projetos de extensão contribui (u) para uma formação "completa" conciliando teoria e prática?”. Observou-se que algumas categorias citadas na Tabela 1 aparecem novamente como forma de contribuição ao que se é proposto a pergunta. A aplicação das teorias dadas em sala acaba sendo melhor desenvolvida através da prática proporcionada pela extensão, sendo considerado uma oportunidade que as aulas dadas em sala não fornecem.

É interessante observar em que um dos relatos, categoria “Desenvolvimento Pessoal” o respondente destacou a contribuição derivada de sua identificação com o projeto proposto e afinidade com o docente. Tal resultado aponta para a importância da variedade de projetos extensionistas que não foquem apenas no mercado de trabalho, mas também, proporcionem um espaço de aproximação entre o corpo discente e docente para uma formação mais completa. Adicionalmente, observa-se a relevância da figura docente como modelo que no caso do curso de administração pública pode vir a auxiliar os alunos a se identificarem mais com o papel de gestor público.

Tabela 2 — Contribuição da extensão na formação

2.Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) para uma formação "completa" conciliando teoria e prática?	
Categoria	Evidência
Contribuição a partir da junção de experiências teóricas e práticas	A extensão é uma forma de colocar em prática ainda na faculdade o conhecimento que aprendemos em sala. Sem dúvidas é um diferencial na formação do estudante.
Contribuição a partir de experiências	Participar de dois projetos com temáticas tão diferentes, mas importantes para o curso de administração pública é essencial para meu desenvolvimento como profissional.
Desenvolvimento a partir de experiências próximas a realidade do mercado de trabalho.	Atendi empresas reais com projetos reais. Foi uma oportunidade que eu não teria apenas assistindo as aulas.
Desenvolvimento Pessoal	A maior contribuição, no meu caso, foi de cunho pessoal e não profissional. Tinha muita afinidade com o objeto da pesquisa e com a professora em questão
Enriquecimento Teórico	Para o desenvolvimento dos projetos é essencial estudar metodologias participativas e métodos de planejamento e gestão de projetos e depois colocá-los em prática na execução do projeto
Contribuição a partir da junção de experiências teóricas	Utilizei bastante a análise SWOT, Metodologias de Gestão de projetos, gestão de conflitos etc.

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.3 Desenvolvimento de habilidades

Nas respostas à terceira pergunta: "Sua experiência nos projetos de extensão contribuiu (u) no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à vida profissional?", as ferramentas técnicas são mencionadas, porém, maior destaque é dado ao desenvolvimento de competências comportamentais (soft skills) como, por exemplo, comunicação, trabalho em equipe, flexibilidade, criatividade, liderança, análise crítica e construção de pensamento social crítico.

Tabela 3 — Desenvolvimento de competência e habilidades através da extensão

3.Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à vida profissional?	
Categoria	Evidência
Desenvolvimento profissional através de soft skills	Na enactus consegui desenvolver minha comunicação que precisamos ter cuidado para não gerar ambiguidade, a capacidade de ser flexível e se adaptar com as mudanças que poderiam ocorrer nos projetos e no time e principalmente a cooperação pois os nossos objetivos só seriam bem sucedidos se trabalhássemos juntos.

3.Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à vida profissional?	
Categoria	Evidência
Desenvolvimento de habilidades comportamentais e técnicas a partir de experiências próximas a realidade do mercado de trabalho	Muitos exemplos do mercado de trabalho já foram vivenciados durante a extensão, por isso sei lidar melhor
Desenvolvimento de competências a partir de experiências acadêmicas	Através das vivências e da necessidade você começa a desenvolver suas habilidades como ser criativa para resolver alguma situação, liderança para gerir uma equipe, análise crítica pra entender o que precisa ser melhorado e por aí vai.
Desenvolvimento de habilidades comportamentais e consciência social	A habilidade de lidar com pessoas e compreender os processos e opressões pelos quais elas passam e lidam diariamente, e fazer o exercício de consciência para não reproduzir esses tipos de opressões, contribui muito para a habilidade de relacionamento com pessoas.

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.4 Desenvolvimento de consciência social

Na pergunta 4 “Sua experiência nos projetos de extensão contribui(u) no desenvolvimento de sua consciência social?”, os resultados demonstraram que uma percepção ampliada da consciência social é proporcionada através da participação e vivência de diferentes cenários conforme a evidência: “Aprender a conviver com realidades diferentes e contribuir com a sociedade trouxeram mais consciência social” (B1).

Adicionalmente, dois conceitos devem ser destacados: o de “Dependência do Estado” e o de “Ineficiência do Estado”.

É interessante observar em que um dos relatos, categoria “Desenvolvimento Pessoal” o respondente destacou a contribuição derivada de sua identificação com o projeto proposto e afinidade com o docente. Tal resultado aponta para a importância da variedade de projetos extensionistas que não foquem apenas no mercado de trabalho, mas também, proporcionem um espaço de aproximação entre o corpo discente e docente para uma formação mais completa. Adicionalmente, observa-se a relevância da figura docente como modelo que no caso do curso de administração pública pode vir a auxiliar os alunos a se identificarem mais com o papel de gestor público.

A ineficiência do Estado refere-se às políticas públicas contínuas e inclusivas de acordo com as necessidades socioeconômicas e culturais da população e que são citadas juntamente com a ausência dos órgãos regulatórios responsáveis por um acompanhamento, conforme ilustrado no relato a seguir: “Me levou a refletir sobre a necessidade e ausência de regulamentações e leis que de fato incluam todas as pessoas de acordo com as suas necessidades

e características socioeconômicas e culturais e que proporcionem visibilidade a universidade” (B3). Contudo, a população ativa é reconhecida como um ator fundamental que não é só beneficiária, mas também tem a responsabilidade de participar, compreender e ter um senso crítico perante a importância que a universidade pública tem na comunidade e no Estado como um todo.

A partir de todos os depoimentos coletados e todo o contexto apresentado é possível observar que as diretrizes previstas na extensão universitária surgem de forma sutil no decorrer da análise, mais detalhes sobre tais percepções serão abordadas no próximo item.

4.3 Aspecto social de acordo com as diretrizes de extensão

Mediante os dados coletados observa-se uma compatibilidade entre as diretrizes de extensão orientadas na formulação e implementação, pactuados no FORPROEX: Interação dialógica; Impacto e transformação social; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão e as vivências compartilhadas pelos participantes. Os discentes mencionam a importância da extensão e como pretendem levar os aprendizados obtidos para fora da universidade, ou seja, para a comunidade, conforme ilustra o relato a seguir: “Isso abriu o meu olhar para a necessidade de ensinar e a investir em todo o tipo de cidadão, independente de classe social e como esse conhecimento muda a vida de quem participa o projeto e do homem em geral.”(B4), sustentando que as abordagens sociais previstas nas diretrizes são absorvidas e implementadas de forma impensada.

Verifica-se que a diretriz de impacto e transformação social: “reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.” é observada em todo estudo qualitativo enfatizando que a construção da extensão universitária se preocupada com as questões sociais e está diretamente relacionada com o desenvolvimento social de seus participantes.

Tabela 4 — Contribuição no desenvolvimento de consciência social de acordo com as diretrizes

Categoria	Evidência
Desenvolvimento da Diretriz Dialógica	A empatia é um dos valores que eu tento levar sempre comigo, e participar da enactus só fez esse sentimento aumentar, foi possível ver que podemos ajudar a transformar realidades e empoderar pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que a nossa.
Desenvolvimento da Diretriz Impacto e Transformação Social	Aprender a conviver com realidades diferentes e contribuir com a sociedade e me trouxeram mais consciência social
Desenvolvimento da Diretriz Impacto na Formação do Estudante	No projeto, troquei várias experiências e tive que pesquisar sobre vários assuntos que antes eu nem pensava sobre, abrindo meus olhos para muitas situações que vivemos que se eu não tivesse participado provavelmente continuaria com uma consciência social vaga.
Desenvolvimento da Diretriz Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	Me aproximando de grupos diferentes, classes sociais diferentes, me dando uma maior consciência de classe e tomando consciência de muitos problemas da sociedade, conhecendo conceitos diferentes do curso de administração que agregaram para o meu desenvolvimento.
Desenvolvimento da Diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão	Principalmente a Pesquisa, já que trabalhamos com inclusão social de pessoas com deficiência visual. Passei a olhar e entender com maior empatia as necessidades de acessibilidade desse grupo, muito embora não tenha me engajado o suficiente para participar de soluções nesse sentido

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4 Abordagens não previstas

Mediante os dados coletados observa-se uma compatibilidade entre as diretrizes de extensão orientadas na formulação e implementação, pactuados no FORPROEX: Interação dialógica; Impacto e transformação social; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão e as vivências compartilhadas pelos participantes. Os discentes mencionam a importância da extensão e como pretendem levar os aprendizados obtidos para fora da universidade, ou seja, para a comunidade, conforme ilustra o relato a seguir: “Isso abriu o meu olhar para a necessidade de ensinar e a investir em todo o tipo de cidadão, independente de classe social e como esse conhecimento muda a vida de quem participa o projeto e do homem em geral.”(B4), sustentando que as abordagens sociais previstas nas diretrizes são absorvidas e implementadas de forma impensada.

Verifica-se que a diretriz de impacto e transformação social: “reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.” é observada em todo estudo qualitativo

enfatizando que a construção da extensão universitária se preocupa com as questões sociais e está diretamente relacionada com o desenvolvimento social de seus participantes.

Tabela 5 — Comentários Adicionais

5. Comentários Adicionais	
Categoria	Evidência
Implementação Obrigatória da Extensão	Acredito que seja obrigatório a participação do universitário em algum projeto de extensão, pelo menos por alguma carga horária mínima
Concepção da relevância extensionista para a vida.	É uma pesquisa muito importante para reflexão pessoal e que precisa ser entregue para os gerenciadores dos projetos, pois é necessário compreender a responsabilidade dessa ferramenta prática para a vida.
Compreensão de desenvolvimento pessoal e comunitário	Acredito que os projetos de extensão são fundamentais para garantir a autonomia dos alunos e a responsabilidade social e dever que a universidade pública possui com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa através da análise e discussão apresentada teve como objetivo analisar como as ações extensionistas aplicadas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) podem contribuir na formação e desenvolvimento da consciência social e profissional dos alunos do curso de Administração Pública participantes.

Os resultados indicam que além da contribuição para habilidades interpessoais, técnicas, acadêmicas e profissionais, os aprendizados contribuem para que os princípios básicos da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sejam evidenciados em seu processo de formação e desenvolvimento no qual os discentes não só são preparados para o mercado de trabalho, mas também para a complexidade e para os desafios da gestão pública, através de uma cultura interdisciplinar.

É importante salientar que tais ações preparam o aluno de Administração Pública não só para o mercado de trabalho, mas também para participação do meio acadêmico. As atividades de extensão universitária são promotoras da aproximação da universidade com a comunidade; articuladores de saberes acadêmicos e sociais; são consideradas instrumentos de mudança das próprias instituições.

Observa-se que a extensão é um caminho para socializar e democratizar o conhecimento, levando-o a um público não universitário, onde a educação é um forte fator contribuinte para redução de desigualdades e reprodutor da dominação de classes sociais. Por fim, espera-se que os dados coletados, suas análises e conclusões deste estudo sirvam de ferramenta para que a universidade possa orientar suas ações de extensão, acarretando em beneficiamento para o meio acadêmico e a sociedade, e que também possa ratificar o entendimento de como as ações da UNIRIO estão servindo como forma de contribuição de competências e realidades para o desenvolvimento do administrador público.

O presente estudo se limita aos relatos de discentes do curso de administração pública que participam ou participaram das ações de extensão que estão finalizando sua formação.

Recomenda-se para pesquisas futuras que novos estudos sejam elaborados para que novas percepções possam ser atingidas e novos aspectos da gestão da extensão universitária feita pela instituição possam ser evidenciados, através da análise não só do curso Administração Pública fazendo uma análise a fim de enaltecer o papel da extensão de forma concreta e evidenciada.

Sugere-se também, um estudo sobre a divulgação da extensão através de redes sociais através de uma pesquisa fundamentada em dados quantitativos através de questionários, entrevistas, dentre outros instrumentos, podendo contribuir com a interação entre as universidades e melhorias para UNIRIO.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Nelson David Fernandes; SOUSA, Rafael Dias de; MOURA, Marcelo Cozac; SILVA, Thiago Danillo; STRINI, Polyanne Junqueira Silva Andresen; STRINI, Paulinne Junqueira Silva Andresen. Avaliação da importância e do aprendizado promovido em atividades de extensão universitária. Revista UFG, Goiânia, v. 15, n. 17, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48540/23845>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ARROYO, M. (1998). Trabalho: Educação e Teoria Pedagógica Em: Frigoto, G. (Org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Editora Vozes. Boff, L. (2000). Depois de 500 anos: que Brasil queremos? Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes

ARROYO, M. D.M.P.; ROCHA, M.S.P.M.L. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. Avaliação, v.15, n.2, p.131-157, 2010.

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti; REIS, Amanda Lima. A responsabilidade social de instituições de ensino superior: uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento. Gestão & Conhecimento. João Pessoa, p.14-37, 17 nov. 2012.

BOFF, L. (1994). A função da universidade a construção da soberania nacional e da cidadania. Cadernos de Extensão Universitária, Nº 1. Rio de Janeiro: UERJ.

BRANDAO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Educ. rev., Curitiba, n. 61, p. 89-106, Sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602016000300089&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Mai. 2021

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm; Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário oficial da União, 19 dez. 2018b, Edição 243, Seção 1, Página 49. Disponível em <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 29 Nov. 2020

CARNEIRO, M. A. Extensão universitária: versão & perversões – estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CHAUÍ, Marilena, A universidade pública sob nova perspectiva, *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5–15, 2003.

CRESTANI, M. M. et al. Bolsista de um projeto de extensão: relato de experiência. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-5, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1171/4369>. Acesso em: 25 nov. 2020

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. DURHAM, Eunice Ribeiro. O ensino superior no Brasil: público e privado. São Paulo: Nupes, 2003.

DOS PASSOS, A. A.; DE SOUSA GOMES, W. Desafios e possibilidades: duas experiências de extensão na Universidade Estadual de Goiás. *Revista Em Extensão*, v. 15, n. 1, p. 58-71, 25 jul. 2016

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 3, p. 813–836, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000300011&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 14 Abr. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (For Proex). Política Nacional de Extensão Universitária Manaus: [s. n.], 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em: 20 Mar. 2021

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. da. As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002. (Coleção Ciências Sociais)

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). *Juventude e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GAUDÊNCIO FRIGOTTO, ESTRUTURA E SUJEITO E OS FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO. *Trabalho & Educação*, v. 9, p. 15–26, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9031>>. Acesso em: 14 Abr. 2021.

GODIM, S. M. G. (1998). A sociedade da informação, as organizações formais educacionais, valores e trabalho docente: Possíveis inter-relações. *Ética e Filosofia Política*, 3(2), 69-102

KAPLAN, Bonnie & DUCHON, Dennis. Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study. *MIS Quarterly*, v. 12, n. 4, p. 571-586, Dec. 1988.

LORENZO, H. C. D.; FONSECA, S. A.; SOUSA, C. M. de. A Atividade de Extensão nas Instituições de Ensino Superior Privado: Um Estudo sobre a Cooperação Uniara - Meio Produtivo na Região de Araraquara, SP. *Revista Brasileira Multidisciplinar, [S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 81-102, 2007. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2007.v11i1.232. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/232>. Acesso em: 26 Nov. 2020.

MARGARET, Tania. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). ResearchGate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262510676_Os_paradigmas_da_administracao_publica_no_Brasil_1900-92>. Acesso em: 20 Mar. 2021

MENÉNDEZ, Gustavo. La dimensión comunicacional de lá extensión universitaria. In: MENÉNDEZ, Gustavo (et. al.). *Integración docencia y extensión Otra forma de enseñar y aprender*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2013. p. 47-5

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

NÚMERO TÍTULO DO PROGRAMA/Projeto Centro Coordenador Área Temática. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unirio.br/proreitoriadeextensaoecultura/programas-e-projetos/ProgramasProjetoemandamento2020atualizadoemnovembrode2020.pdf>>. Acesso em: 14 Mar. 2021.

OLIVEIRA, T. M. N. de.; GARCIA, B. R. Z. A extensão e o seu papel na formação acadêmica. In: *Revista Univali*. Itajaí: Editora da UNIVALI, v.14, n.1, p.111- 117, jun./2009.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas *InterFaces Revista de Extensão da UFMG*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdTEIXEIRA>. Acesso em: 11 Jun. 2020

PEREIRA, THIAGO INGRASSIA. Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do alto Uruguai gaúcho. Ufrgs.br, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/98599>>. Acesso em: 15 Mar. 2021.

PIRES, V. A.; MIDDLEJ, S. A.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Revista de Administração Pública e Gestão Social, v. 6, p. 110-126, 2014.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. FORPROEX, Porto Alegre. 2ª imp., ago.2013.

RODRIGUES, Gabriel Mário. Ensino, pesquisa e Extensão Universitária: ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Disponível em:<<https://blog.abmes.org.br/?p=267>>. Acesso em: 03 Mar. 2021.

RODRIGUES, A. L. L.; DO AMARAL COSTA; C. L.N.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; NETO, I. D. Contribuições da extensão universitária na sociedade. Cadernos de Graduação–Ciências Humanas e Sociais-UNIT, v.1, n.16, p.141-148,2013.

SANTOS, M. P. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. Revista Conexão UEPG, v. 8, n. 2, p. 154-163, 2012.

SARAIVA, J.L. Papel da extensão universitária na formação de estudantes e professores Brasília Médica,v.44, n.3, p.220-5, 2007.

SAVIANI, D. (1994). O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In C. J. Ferretti, D. M. L. Zibas, F. R. Madeira, M. L. P. B. Franco (Orgs.), Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar (pp. 151-68). Petrópolis: Vozes

SAVIANI, D. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. Poésis Pedagógica, v. 8, n. 2, p. 4-17, 26 abr. 2011.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) Capitalismo, trabalho e educação. SP: Cortez Autores Associados, 2005

SILVA, J. A. M. Crutac: a história da extensão universitária da UFMA no município de Codó no período de 1972 a 1979 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013

SILVA, Lara Luiza; DEBOÇÃ, Leonardo Pinheiro. Avaliando As Práticas Extensionistas Na Universidade Federal De Viçosa - campus Rio Paranaíba: Das Diretrizes Do For Proex Às Percepções De Atores Envolvidos, Brasil, v. 11, ed. 1, p. 116-137, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p116>AVALIANDO ____ Disponível em: <https://doaj.org/article/d0f01dec9caa4735b0e743e4d4c90cdf?FrbrVersion=2>. Acesso em: 25 Nov. 2020.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil> Acesso em: 26 Nov. 2020

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 19, n. 1, p. 22-32, June 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Mai.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-UNIRIO Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. [s.l.];, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/proreitoriadeextensaoecultura/editais/editais%20anteriores/edital-no2-2018-cadastramento-de-programas-e-projetos-de-extensao-e-cultura-1/edital-no2-2018-cadastramento-de-programas-e-projetos-de-extensao-e-cultura>>. Acesso em: 10 Mar. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. - 9. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008

VIERO, T. V. Programa de extensão universitária: perspectivas emergentes na Educação em Ciências. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande, 2012.

ZENEIDE, Maria. A extensão universitária: uma terceira função. Unicamp.br, 1992. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250758>>. Acesso em: 10 Mar. 2021.